

Designação da Empreitada	Tipo de Procedimento Administrativo	Entidade Adjudicatária	Valor da Adjudicação (S/IVA)
Reabilitação Acústica da Sala de reuniões da CCDR Algarve — Contrato Adicional	Ajuste Directo (art.º 26 D.L. 59/99, de 2 de Março)	Castelhano & Ferreira - Ind. de Tec- tos Falsos e Divisórias, S.A.	529,00 €
Obras de Remodelação e Reparação no Edifício-Sede da CCDR Algarve— Contrato Adicional	Ajuste Directo (art.º 26 D.L. 59/99, de 2 de Março)	Hermínio António Pinto Teixeira	2.300,00 €

25 de Março de 2008. — A Directora de Serviços de Comunicação, Gestão Administrativa e Financeira, *Ana Lúcia Cabrita Guerreiro*.

Instituto Geográfico Português

Aviso n.º 10848/2008

Nos termos do n.º 3 do artigo 95.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, faz-se público que foi afixada nos locais de estilo a lista de antiguidade dos funcionários dos quadros de pessoal dos extintos Instituto Geográfico e Cadastral (IGC) e Centro Nacional de Informação Geográfica (CNIG), com referência a 31 de Dezembro de 2007.

De acordo com o n.º 1 do artigo 96.º do citado diploma, qualquer reclamação à referida lista deve ser apresentada no prazo de 30 dias a contar da data da publicação do presente aviso.

31 de Março de 2008. — A Directora de Serviços, *Ana Cristina Andrade*.

Inspeção-Geral do Ambiente e do Ordenamento do Território

Direcção de Serviços de Administração de Recursos

Aviso n.º 10849/2008

1 — Nos termos do disposto no Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, faz-se público que, autorizado por despacho do Inspector-Geral de 31/03/2008, se encontra aberto, pelo prazo de 10 dias úteis a contar da data da publicação do presente aviso no *Diário da República*, concurso interno de acesso geral para preenchimento de um lugar na categoria de inspector superior da carreira de inspector superior, da área funcional de Ordenamento do Território, do quadro de pessoal da Inspeção-Geral do Ambiente e do Ordenamento do Território, aprovado pela Portaria n.º 1159/2000, de 7 de Dezembro, alterado pelo Decreto Regulamentar n.º 12/2001 de 28 de Junho.

2 — Nos termos do disposto nos artigos 34.º e 41.º da Lei n.º 53/2006, de 7 de Dezembro, foi criada a oferta com o código P20081569, tendo em vista a selecção de pessoal em situação de mobilidade especial para o reinício de funções. Não foi seleccionado nenhum funcionário ou agente nesta situação.

3 — Validade — O concurso visa o preenchimento do lugar mencionado, esgotando-se com o seu preenchimento.

4 — Legislação aplicável: Ao concurso aplicam-se, designadamente:

- Decreto-Lei n.º 248/85, de 15 de Julho;
- Decreto-Lei n.º 353-A/89, de 16 de Outubro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 393/90, de 11 de Dezembro;
- Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 218/98, de 17 de Julho;
- Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho;
- Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 44/99, de 11 de Junho;
- Decreto-Lei n.º 112/2001 de 6 de Abril;
- Decreto Regulamentar n.º 12/2001 de 28 de Junho.
- Decreto-Lei n.º 276-B/2007, de 31 de Julho,
- Despacho n.º 24 086/2007, de 22 de Outubro.

5 — Quota para intercomunicabilidade vertical — nos termos do artigo 3.º do n.º 3 do Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro, e atentas as necessidades do serviço e o aproveitamento racional de recursos humanos, a quota de lugares a prover através do mecanismo da intercomunicabilidade vertical é de 0%.

6 — Conteúdo funcional — Ao lugar a preencher correspondem as funções previstas no artigo 3.º do Decreto Regulamentar n.º 12/2001 de 28 de Junho.

7 — Remuneração, local e condições de trabalho — A remuneração é a fixada nos termos dos Decretos-Leis n.º 112/2001 de 6 de Abril e 353-A/89, de 16 de Outubro e legislação complementar, as funções serão

exercidas na sede da Inspeção-Geral do Ambiente e do Ordenamento do Território e em qualquer lugar do país onde aquela desenvolva a sua acção, sendo as condições de trabalho e regalias sociais as genericamente vigentes para os funcionários da administração central.

8 — Requisitos gerais e especiais de admissão:

- a) Satisfazer as condições previstas no artigo 29.º do referido Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho;
- b) Possuir licenciatura em Direito;
- c) Ser Inspector Principal com, pelo menos, três anos de serviço na categoria classificados de Muito Bom ou cinco anos classificados de Bom.
- d) Deter experiência em inspecção na área do ordenamento do território;
- e) Deter experiência em inspecção na área do ambiente e na área de inspecção administrativa;
- f) Deter experiência na instrução de processos de contra-ordenação ambiental;
- g) Deter experiência na utilização de Sistema de Informação Geográfica.

9 — Métodos de selecção: A selecção será feita mediante provas públicas, que consistirão na apreciação e discussão do currículo profissional dos candidatos, nos termos da alínea b) do n.º 3, do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 112/2001, de 6 de Abril.

10 — A classificação final dos concorrentes, expressa numa escala de 0 a 20 valores, resulta da classificação obtida no método de selecção referido no ponto anterior, considerando-se não aprovados os candidatos que obtenham classificação inferior a 9,5 valores.

11 — Os critérios de apreciação e ponderação das provas públicas, bem como o sistema de classificação final, incluindo a respectiva fórmula classificativa, constam de acta ou de actas de reuniões do júri do concurso, sendo as mesmas facultadas aos candidatos sempre que solicitadas.

12 — As candidaturas deverão ser apresentadas até ao termo do prazo fixado para a sua apresentação e formalizadas mediante requerimento, devidamente assinado, redigido em papel normalizado, dirigido ao Inspector-Geral, e remetido por correio registado com aviso de recepção (desde que expedido até termo do prazo referido no n.º 1 deste aviso) para a Rua de “O Século”, n.º 63, 1249-033 Lisboa, podendo ainda ser entregue pessoalmente no mesmo endereço, na Secção de Pessoal, e devendo dele constar os seguintes elementos:

- a) Identificação completa (nome, nacionalidade, filiação, nacionalidade, naturalidade, data de nascimento, número e data do bilhete de identidade e serviço de identificação que o emitiu), número de contribuinte fiscal, residência, código postal);
- b) Referência ao concurso a que se candidata;
- c) Habilitações literárias;
- d) Categoria detida, serviço a que pertence, natureza do vínculo, antiguidade na categoria, na carreira e na função pública e especificação das tarefas que desempenha;
- e) Declaração, sob compromisso de honra de que reúne os requisitos gerais de admissão ao concurso e provimento em funções públicas, nos termos do artigo 29 do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, sob pena de exclusão.

12.1 — Os requerimentos deverão, obrigatoriamente, ser acompanhadas da seguinte documentação:

- a) *Curriculum vitae* detalhado, devidamente assinado e datado; do qual deve constar, designadamente, as habilitações literárias, as funções que exerce e que exerceu anteriormente, com indicação dos respectivos períodos e actividades relevantes, assim como a formação profissional detida (cursos, estágios, especializações, seminários, conferências, etc.);
- b) Documento comprovativo das habilitações literárias;
- c) Documentos comprovativos das acções de formação frequentadas, com indicação da entidade que as promoveu, período em que as mesmas decorreram e respectiva duração;

d) Declaração autêntica ou autenticada, emitida pelo serviço respectivo, que comprove a categoria de que o candidato é titular, a natureza do vínculo à função pública, o tempo de serviço contado na categoria, na carreira e na função pública, bem como as classificações de serviço na sua expressão quantitativa respeitantes aos anos relevantes para efeitos de promoção;

13 — Publicitação — A relação de candidatos admitidos e a lista de classificação final serão afixadas na Inspeção-Geral do Ambiente e do Ordenamento do Território e notificadas aos candidatos, nos termos da lei.

14 — Em cumprimento da alínea h) do artigo 9º da Constituição, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove activamente uma política de igualdade de oportunidades entre os homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.

15 — Júri — A composição do júri do concurso é a seguinte:

Presidente: Licenciado José Diniz Mendes Freire, subinspector-geral Vogais efectivos:

Licenciado Rui Miguel Alcario Salvador, Chefe de Divisão, que substituirá o presidente nas suas faltas e impedimentos.

Licenciada Maria Eduarda Guerra Texugo de Sousa, Chefe de Divisão

Vogais suplentes:

Licenciada Ana Maria Pereira Carvalho Veríssimo, Directora de Serviços
Licenciado José António Pinheiro Moreira, Inspectora Superior

31 de Março de 2007. — A Directora de Serviços, *Ana Maria Veríssimo*.

Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, I. P.

Listagem n.º 202/2008

Em cumprimento do disposto no artigo 275.º do Decreto-Lei n.º 59/99 de 2 de Março, o Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, I. P. (IHRU, I. P.), tendo sucedido nas atribuições do Instituto Nacional de Habitação (INH), e do Instituto de Gestão e Alienação do Património Habitacional do Estado (IGAPHE), bem como, parcialmente, da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN), torna público que foram efectuadas no ano de 2007, as adjudicações de obras públicas constantes do mapa seguinte:

Entidade contratante	Designação da empreitada	Forma de atribuição	Entidade adjudicatária	Valores sem IVA Euros
DGEMN	Centro de Estudos e Formação Autárquica (CEFA) — Coimbra — Ampliação e Beneficiação das Instalações — Ordenamento dos Espaços Exteriores.	Concurso público, nos termos da alínea a), do n.º 2, do artigo 48.º, do Decreto-Lei n.º 59/99, de 2 de Março.	CADIMARTE, L.ª	286 600
	Coordenação de Segurança e saúde em obra no Centro de Estudos e Formação Autárquica (CEFA) — Coimbra — Ampliação e Beneficiação das Instalações — Ordenamento dos Espaços Exteriores.	Consulta prévia nos termos da alínea c), do n.º 1 do artigo 81.º, do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho.	CADIMARTE, L.ª	1 587
	Capela de S. Sebastião da Moita — Beneficiação e conservação — 2.ª Fase	Conc. limitado	Mateus & Irmãos, L.ª	12 887,90
	Protocolo “Murallas de Santarém — Observação das encostas junto à entrada do Alfange e junto ao caminho de Santiago”	Protocolo	LNEC	32 511,07
	Protocolo “Castelo de S. Filipe em Setúbal — Observação da encosta sudeste e zonas adjacentes”	Protocolo	LNEC	5 362,50
	Capela de S. João Baptista de Olheiros — Aljubarrota — Obras gerais de conservação exterior — Revisão de Preços	Conc.Limitado	Mateus & Irmãos, L.ª	472,88
	Convento de S. Francisco-Tomar-Recuperação Geral — 2.ª Fase	Conc.Limitado	CVF — Construtora de Vila Franca, L.ª	73 649,36
	1. “Escola Náutica Infante D. Henrique — Edifício Principal — Substituição da cobertura-2ª.Fase”.	Concurso Limitado c/ consulta		120 109,64
	2. “Ministério da Administração Interna — Gabinete dos Assuntos Europeus — Construção e montagem de janelas interiores”.	Ajuste Directo		3 300
	3.º “Forte de Sacavém — Adaptação de Arquivo da DGEMN — 4ª.Fase”	Concurso Público		2 253 818,73
	4.º “Casa Pia de Lisboa — Colégio Nossa Senhora da Conceição — Remodelação da Pré-Primária”.	Concurso Público		187 801,40
	5.º “Palácio Ratton — Tribunal Constitucional — Recuperação da cobertura e fachadas”	Ajuste Directo		4 200
	6.º “Palácio Ratton — Tribunal Constitucional — Recuperação das Janelas”	Ajuste directo com consulta		20 255,60
	7.º “Tribunal Constitucional — Palácio Ratton — Remodelação de rede de drenagem e gabinetes”	Ajuste Directo com consulta		12 162,64
	8.º “Imóvel do Estado sito no Largo da Paz, 22-22ª e 22B — Beneficiações diversas no r/c Direito”	Ajuste directo		20 968,25
	Igreja de S. Francisco — Remodelação de Acessos à Capela dos Ossos	Concurso limitado com consulta		43.935,50
	Igreja de S. Bento de Cástris	Ajuste Directo com consulta		11 546,27
	Museu de Évora Remodelação e Valorização	Concurso Público		3 327 500
	Capela de S.João da Igreja de Vairão-Porto-Vila do Conde,Vairão-Obras de conservação e valorização geral do imóvel-1.ª fase Tratamento e conservação geral do edificado	Ajuste directo	Fábrica da Igreja de Vairão	16 492,35
	Monumento Funerário do Sobrado/Marmoiral, Castelo de Paiva — Conservação e Salvaguarda do Monumento e tratamento do espaço envolvente	Concurso limitado sem publicação de anúncio	Comunidade Urbana do Vale do Sousa	32 927,48
	Igreja de S. Miguel de Entre-os-Rios-Penafiel — Remate do percurso envolvente e controlo de segurança das acessibilidades	Ajuste Directo com consulta	Comunidade Urbana do Vale do Sousa	7 990